

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.440.430 - PR (2019/0024314-2)

RELATOR : MINISTRO MARCO BUZZI
AGRAVANTE : MANOEL JURANDIR LOPES
ADVOGADO : FERNANDO CESAR SILVA JUNIOR - PR053649
AGRAVADO : HOSPITAL UNIVERSITÁRIO CAJURU
AGRAVADO : ASSOCIACAO PARANAENSE DE CULTURA - APC
ADVOGADOS : CLAYTON FERNANDES DE CARVALHO - PR031340
MICHELE TOARDIK DE OLIVEIRA - PR036479
AGRAVADO : LUCAS MARQUES MANTOVANI
ADVOGADO : DEBORA CARLA DE MELLO OLIVEIRA E OUTRO(S) -
PR054684
INTERES. : GERSON LUIZ LAUX
ADVOGADO : SIMONE RITA ZIBETTI DE SOUZA - PR027594

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 1.042 do NCPC), interposto por MANOEL JURANDIR LOPES contra decisão que não admitiu recurso especial (fls. 1096-1097, e-STJ), ante a incidência, na hipótese, das Súmulas 282 e 356 do STF e 07 do STJ.

Nas razões de agravo (fls. 1101-1113, e-STJ), o insurgente apenas reitera as razões do recurso especial, deixando de impugnar especificamente os óbices aplicados na decisão de inadmissão do apelo extremo.

Sem contraminuta (fl. 1115, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

1. O recurso não é admissível, por violação ao princípio da dialeticidade.

Com efeito, no caso dos autos, observa-se que o agravante não combateu, especificamente, todos os fundamentos utilizados pela Corte estadual para inadmitir o processamento do apelo extremo. **Isso porque, quanto aos óbices das Súmulas 282 e 356 do STF e 7 do STJ, permaneceu silente.** Assim, a falta de ataque específico aos fundamentos da decisão agravada atrai, por analogia, o óbice contido no Enunciado n. 182, da Súmula do STJ, *verbis*:

"É inviável o agravo do art. 545 do CPC [73] que deixa de atacar especificamente os fundamentos da decisão agravada".

Com efeito, nos moldes do entendimento firmado por este Tribunal Superior, à luz do princípio da dialeticidade, que norteia os recursos, **deve a parte recorrente impugnar todos os fundamentos** da decisão de admissibilidade recursal, de maneira a demonstrar que o apelo extremo merece ser apreciado por esta Corte, o que não se vislumbra no recurso em questão.

Este, a propósito, foi o entendimento adotado pela Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça, no julgamento dos **Embargos de Divergência em Agravo em Recurso Especial n.º 746.775/PR**, no qual restou afirmado que o recorrente deve **impugnar especificamente todos os fundamentos** da decisão agravada, sob pena de não conhecimento do agravo por aplicação da Súmula 182 do STJ.

Pois, conforme já decidiu o STJ, *"à luz do princípio da dialeticidade, que*

*norteia os recursos, deve a parte recorrente impugnar todos os fundamentos suficientes para manter o acórdão recorrido, de maneira a **demonstrar** que o julgamento proferido pelo Tribunal de origem merece ser modificado, ou seja, **não basta** que faça **alegações genéricas** em sentido contrário às afirmações do julgado contra o qual se insurge"* (AgRg no Ag 1.056.913/SP, Rel. Ministra ELIANA CALMON, SEGUNDA TURMA, DJe 26/11/2008 - grifos nossos).

2. Do exposto, com fulcro no art. 932 do NCPC c/c Súmula 568/STJ, **não conheço do agravo em recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI

Relator

